

**Meio:** Expresso  
**Data:** 01-03-2019

ECONOMIA

## Fisco alemão penhora e vende cadela de estimação. Podia acontecer em Portugal?

01.03.2019 às 10h59



MATT CARDY/GETTY

Em teoria até poderia acontecer, mas o estatuto jurídico dos animais travaria o processo



ANA SOFIA SANTOS

**O** caso chocou a opinião pública na Alemanha e incendiou as redes sociais, com acusações de crueldade dirigidas à autoridades fiscais que decidiram penhorar o animal de estimação de uma família com dívidas de impostos.

A cadela Edda, de raça Pug, acabou por ser vendida online por 750 euros, relata a agência AP, com o fisco alemão a alegar a falta de outros bens para serem confiscados como pagamento das faturas fiscais em falta.

Passou-se em Ahlen, cidade do oeste da Alemanha, mas podia acontecer em Portugal? Os advogados ouvidos pelo Expresso a propósito deste caso inusitado, acham que não.

Rogério Fernandes Ferreira, especialista em Direito Fiscal, lembra que a Lei n.º 8/2017, de 3 de março, aprovou o estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de “seres vivos dotados de sensibilidade”, distinguindo-os das “coisas”.

E embora, “os animais poderem continuar a ser objeto do direito de propriedade e transacionados, sendo-lhes subsidiariamente aplicáveis as disposições legais relativas às coisas”, isso só pode acontecer desde que essas disposições legais “não sejam incompatíveis com essa sua natureza” de seres vivos dotados de sensibilidade.

E para que não restassem dúvidas sobre a impossibilidade de animais serem penhorados em processo de execução “o legislador aditou ainda uma alínea (g) ao artigo 736.º do Código de Processo Civil, nos termos da qual se dispõe, expressamente, que os animais são considerados absolutamente impenhoráveis”.

E isso não é incompatível com as regras do processo da execução fiscal? Segundo Fernandes Ferreira, embora a norma seja “a da penhorabilidade de todos os bens do devedor, sem discriminação entre eles, desde que sejam suscetíveis de produzir um qualquer valor é, porém, entendimento pacífico que, na penhora de bens em execução fiscal, devem aplicar-se as restrições e os condicionamentos previstos no processo civil”.

Ou seja, “a penhora de animais em Portugal, em sede de execução fiscal, será ilegal, por violação da predita alínea g) do artigo 736.º do Código de Processo Civil e art. 2.º, al. e), do Código de Procedimento e de Processo Tributário”, considera o especialista.

Em suma, em teoria a hipótese de penhora de um animal até poderá ser admitida como faz notar Bruno Santiago, sócio de Fiscal da Morais Leitão, que dá o xemplo dos cavalos de competição, pois, na sua opinião, poderiam ser enquadrados de forma diferente dos bichos de estimação. “Não tenho conhecimento de tal situação ter alguma vez acontecido em Portugal. Admito que a penhora e venda de um animal seja possível. Pense-se num cavalo de competição. É do conhecimento público o valor que esses animais podem ter. No caso concreto de um cão e na medida em que se trate do animal de companhia do executado, a penhora seria, em meu entender, sem margem para dúvidas, ofensiva dos bons costumes e, conseqüente, nula”.